



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
Secretaria Nacional de Ambiente de Negócio  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao DREI nº 14021.018520/2026-82

Processo JUCESP nº 151.00000660/2026-87 - REDREI: 995357/26-2

**Recorrente:** CILASI ALIMENTOS S/A.

**Recorrido:** FAZENDINHA PÃES E DOCES E SALGADOS LTDA.

**I. Nome Empresarial. Não Colidência. Análise de nome empresarial por inteiro.**

**II. Não conformidade com a Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025**

**III. Recurso conhecido e não provido.**

## RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao DREI interposto pela sociedade **CILASI ALIMENTOS S/A.**, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, que modificou o art. 35, § 2º, da Lei nº 8.934, de 1994, contra o arquivamento, na Junta Comercial do Estado de São Paulo dos atos constitutivos da sociedade **FAZENDINHA PÃES E DOCES E SALGADOS LTDA.**

2. A sociedade empresária recorrente interpôs recurso a esta instância superior, sob a alegação de que " Ao depara-se com a denominação **FAZENDINHA PÃES E DOCES E SALGADOS LTDA.**, o consumidor certamente poderá associar tal sociedade com os serviços oferecidos pela Recorrente," razão pela qual objetiva o cancelamento do arquivamento do nome empresarial da parte recorrida.

3. Devidamente notificada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fls. 1 e 2- SEI 59174042)

4. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração desta Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

5. Considerando os termos do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a esta Diretoria para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, assim como contemplado no art. 25 da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 01, de 5 de janeiro de 2025, passa-se à análise.

## FUNDAMENTAÇÃO

6. Objetiva o presente recurso analisar a existência de colidência, por semelhança, entre os nomes empresariais registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

7. O nome empresarial, para fins de proteção legal, consistente na proibição de registro de nome idêntico ou semelhante a outro anteriormente arquivado, respeitando o princípio da veracidade e da novidade, conforme disposto na Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025, que estabelece a necessidade de adoção de um nome distinto para evitar erros e confusões na identificação das empresas. A exclusividade restringe-se ao território do estado, no caso das Juntas Comerciais, conforme exposto nos artigos 1.163 e 1.166 do Código Civil:

*Art. 1.163. O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.*

*(..)*

*Art. 1.166. A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado.*

*Parágrafo único. O uso previsto neste artigo estender-se-á a todo o território nacional, se registrado na forma da lei especial.*

8. Com a publicação da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025, foram atualizados os critérios para análise de identidade e semelhança de nomes empresariais. Assim, o art. 16 da referida normativa define que

*Art. 16. Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM.*

*§ 1º A análise de expressões de fantasia ou criação e de nomes empresariais será orientada pela homonímia, a qual abrange grafia e pronúncia das palavras, compreendendo-se os institutos dos homônimos perfeitos e não perfeitos, seja pela homografia e homofonia:*

*I - Identidade: homônimos perfeitos, seja homógrafos ou homófonos;*

*II - Semelhança: homônimos não perfeitos, seja homógrafos ou homófonos, que não inibam a confusão entre os nomes empresariais comparados;*

9. Além disso, o art. 16, §2º, estabelece que os nomes empresariais devem ser analisados por inteiro, exceto quando houver expressões de fantasia incomuns, que serão analisadas isoladamente, vejamos:

*Art. 16. Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM.*

*(...)*

*§ 2º Na análise:*

*I - entre firmas, consideram-se os nomes por inteiro;*

*II - entre denominações, consideram-se os nomes empresariais por inteiro, quando compostos por expressões de fantasia comuns, de uso comum ou popularizado; e*

*III - quando contiverem expressões de fantasia incomuns, serão estas analisadas isoladamente.*

*§ 3º Na análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, poderão ser consideradas:*

*as marcas notoriamente conhecidas e/ou de alto renome e domínio de internet, compreendendo-se os signos*

*que são foneticamente e visualmente reconhecidos, as atividades econômicas exercidas, eventual alegação de*

*concorrência desleal ou desvio de clientela.*

10. Ademais, o art. 24, dispõe:

*Art.24. Não compete às Juntas Comerciais ou ao DREI:*

*I - verificar a existência ou não de colidência entre nome empresarial e marca registrada ou entre nome empresarial e denominações registradas em outros órgãos de registro; e/ou*

*II - analisar controvérsias relacionadas a nomes empresariais que tenham por fundamento a identidade entre atividades econômicas exercidas, concorrência desleal ou desvio de clientela em decorrência do registro de nomes empresariais semelhantes."(NR).*

11. Ressalte-se, ainda, que a presente análise deve levar em consideração a inexistência de colidência entre a marca de titularidade da recorrente e o nome empresarial ora examinado, uma vez não compete ao Registro Público de Empresas Mercantis proceder à verificação de eventual conflito entre marca

e nome empresarial, salvo nas hipóteses legalmente excepcionadas.

12. Nesse contexto, nos termos do art. 15, não são passíveis de registro os nomes empresariais idênticos ou semelhantes, bem como aqueles que contenham, em sua formação, expressão de uso incomum (fantasia ou criação) ou de notório conhecimento público, já registradas na própria Junta Comercial ou protegidas em outros órgãos de registro, conforme o parágrafo único do art. 1.155 do Código Civil.

13. O § 1º do referido dispositivo estabelece que a aferição de identidade e semelhança será realizada mediante consulta às bases de dados das Juntas Comerciais, no que se refere ao nome empresarial, sendo que, quanto às expressões equiparadas protegidas em outros órgãos, tal verificação dependerá de integração sistêmica.

14. Por sua vez, o § 2º dispõe que, uma vez comprovado o registro de nome empresarial que contenha expressão de uso incomum ou de notório conhecimento público já protegida em outro órgão, sem a devida autorização, a Junta Comercial deverá notificar o interessado para promover a alteração do nome empresarial, observando-se os trâmites previstos na Instrução Normativa para a devida regularização

15. No caso em questão, comparando-se os nomes:

**CILASI ALIMENTOS S/A.**

e

**FAZENDINHA PÃES E DOCES E SALGADOS LTDA.**

Verifica-se que:

a) Não são idênticos, uma vez que não apresentam homonímia perfeita;

b) Não são semelhantes, pois não apresentam homonímia parcial que gere confusão, conforme os critérios estabelecidos no art. 16

16. Conforme o art. 23, §1º, da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025, cabe ao interessado modificar o nome empresarial caso seja constatada a colidência. No entanto, neste caso, as denominações analisadas contêm elementos diferenciais significativos, permitindo sua coexistência sem risco de confusão mercadológica.

17. Dessa forma, com fundamento nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025, conclui-se que não há colidência entre os nomes empresariais analisados. Portanto, é possível a coexistência das denominações sociais sem prejuízo à identificação das respectivas sociedades empresárias.

## **CONCLUSÃO**

18. Desta feita, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, que implicam concluir-se pela inexistência de semelhança dos nomes empresariais por inteiro, não há de se falar em erro ou confusão na identificação de ambas as sociedades, motivo pelo qual conclui-se pelo **CONHECIMENTO e NÃO PROVIMENTO** do recurso, mantendo-se, por conseguinte, a decisão da Junta Comercial do Estado de São Paulo que arquivou os atos constitutivos da recorrida.

**BIANCA FONSECA**

Administradora

**MARIA GABRIELA GUIMARÃES MAIA**

Assessora na Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso ao DREI nº **14021.018520/2026-82**, para que seja mantido o arquivamento dos atos constitutivos da sociedade **FAZENDINHA PÃES E DOCES E SALGADOS LTDA.**, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez que não foi constatada a existência da alegada colidência entre nomes empresariais, nos termos do art. 17, da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025.

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se e archive-se.

**FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES**

Diretora Nacional de Registro Empresarial e Integração



Documento assinado eletronicamente por **Maria Gabriela Guimarães Maia, Assessor(a)**, em 30/03/2026, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Juliano Fonseca Viapiana, Administrador(a)**, em 30/03/2026, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Britto Gonçalves, Diretor(a)**, em 30/03/2026, às 22:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59312169** e o código CRC **7801900F**.